

anti—
~~capitalista~~

FIM AO
GENOCÍDIO



PALESTINA
LIVRE, JÁ!

“Eira de milho, luar de Agosto, quem faz um filho, fá-lo por gosto!” Cantava Simone, precisamente em 69, a frase que passou despercebida à censura e chegou à Eurovisão.

Sabemos já que o neoliberalismo atropela direitos, assimila e neutraliza lutas, reduz a diversidade em prol de uma uniformização idílica que trará felicidade a toda a humanidade (com exceção da maioria). Talvez não imaginássemos que, nos 50 anos do 25 de abril, o crescimento da extrema-direita e o desvelamento do racismo parcialmente adormecido chegasse a pontos como o que assistimos recentemente no Porto e sobre o qual escreve o José Soeiro. Noutros campos, é um susto que nos vejamos em relances de debate público reduzido à mais bolorenta beatice, tão própria (mas não exclusiva) cá do burgo.

Apesar dos atrasos pouco próprios de meio-século de democracia, fizemos caminho para justiça de todas as mulheres a quem foi recusado o prazer, a troca do privilégio de esfregar o chão, parir filhos, fazer o comer. Agora devemos reparação histórica aos lesados pelas mulheres e afins, a quem foram roubados direitos fundamentais como o direito ao jantar, o direito ao sexo on demand, o direito à dispensa da educação de filhos, o direito a disseminar discurso de ódio, o direito a adotar todas as crianças que agora os casais gay andam a assambarcar, e muitos mais.

O Hugo Monteiro escreve sobre a importância do Serviço Militar Obrigatório (um dos fantasmas a pairar), fundamental para ensinar os homens a ser homens. Interessa-nos falar de uma massa inel que se acha vitimada e embarca em delírios coletivos de reconquista (frustração sexual também é política), evangelizados em redes sociais onde vários atores de extrema-direita se sentem em casa e onde a esquerda deve estar com estratégia própria - o José Miranda lança algumas pistas para essa reflexão. Mas também nos interessa falar de como a chamada direita democrática aproveita agora a abertura da tumba do fascismo para sacar de lá mais uns esqueletos. Figuras que tinham apesar de tudo algum pudor em contestar direitos adquiridos nestes campos, porque a relação de forças não lhes era favorável, aproveitam o cenário atual para mostrar a sua face em think tanks mais ou menos inocentes que desenterram assuntos que achávamos resolvidos para tentar colocá-los no campo do debatível. A relação de forças continua a não lhes ser favorável, e trabalharemos para que seja cada vez menos. Repetimos várias vezes que os direitos das mulheres precisam de manutenção, que estão sempre em risco, que são os primeiros a cair. Chegamos a 2024 e o tombo parece ser maior do que se imaginou, vemo-nos a debater com negacionistas da opressão de género, que querem enviar as mulheres de volta para o postalinho deus, pátria e família. A Andrea Peniche está sempre pronta para sujar as mãos e entrega a este dossier não um mas dois manuais de combate aos zombies do Estado Novo, falando de ultra-identitarismo e do famigerado “estatuto da dona de casa”.

Concluimos que ideologia de género é apenas uma: a que, por odiosa convicção religiosa e

cultural, se opõe ao progresso civilizacional, à liberdade, à democracia, à garantia de direitos fundamentais plasmados em declarações universais, em leis internacionais, em resoluções da ONU. Os ideólogos da direita ultrac conservadora conseguem capitalizar o ressentimento da classe trabalhadora, através da mesma estratégia discursiva da extrema-direita: defender as fronteiras da família tradicional contra os estrangeiros da ideologia de género. É isto também a prova de que o patriarcado é um sistema fortíssimo de reprodução social, que caminha e se intensifica com o capitalismo mas não depende dele. Tendo isto claro, não há combate eficaz ao patriarcado sem a luta de classes. Com pedagogia e sem apontar culpas, reconhecendo a importância que as lutas identitárias têm em processos de politização como há muito não assistíamos, precisamos de falar sobre como o discurso identitário liberal ajuda a sustentar as próprias estruturas de opressão, e de como podemos conjugar a luta de classes com as lutas feminista, LGBTQIA+ e antirracista para integrar trabalhadores de várias proveniências sem paternalismo nem ostracização. Joana Bregolat e Alberto Cordero aprofundam esta questão, partindo da experiência no Estado Espanhol.

Dito isto: refletimos mas não nos deixaremos distrair com debates que não pertencem a este tempo. Não nos deixaremos desmoralizar com catastrofismos numa história que, sabemos, roda como as estações do ano. O discurso de Malin Bjork lembra o poder da luta feminista e da solidariedade entre povos. Mantenham os rosários fora dos nossos ovários! Contra o patriarcado, prazer em todo o lado! A esquerda anticapitalista não se contenta com menos do que toda a liberdade, com menos do que o direito ao prazer, com menos do que um serviço nacional de cuidados, pelo direito a ser mais do que mãe, cuidadora ou dona de casa (com estatuto ou sem). Divertimo-nos com o consultório da Anita e os conselhos de bolso da Nádia, declaramos o escárnio como meio caminho andado. Não esquecemos que o conservadorismo depende da hipocrisia há muito a descoberto. E voltamos sempre às palavras de Natália Correia em 82, quando João Morgado do CDS afirmou que “o ato sexual é para ter filhos”:

*Sendo pai só de um rebento
lógica é a conclusão
de que o viril instrumento
só usou - parca razão! -
uma vez. E se a função
faz o órgão - diz o ditado -
consumada essa exceção,
ficou cabado o Morvado.*

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

2 Editorial

3 Nacional

Não quero ser azul, nem verde, nem cinzento...

4 Feminismo

Somos a esperança, a solidariedade, a igualdade

5 Imigração

Agressões a Migrantes no Porto

6 Redes Sociais

Nas Redes Sociais não há Balas de Prata

7 Sugestões Culturais

Dossiê | Ideologia de Género

Alberto Corder

Ana Vazques

Andrea Peniche

Joana Bregolat

Ficha Técnica

Conselho Editorial

Alda Sousa

Ana Feijão

Ana Vasquez

Andrea Peniche

Andreia Galvão

Daniel Borges

Francisco Louçã

Hugo Monteiro

Inês Sena

João Bernardo Narciso

José Miguel Ricardo

José Miranda

Leonor Figueiredo

Marco Marques

Maria Manuel Rola

Nádia Leal

Patrícia Felício

Paulo Ferreira

Design Gráfico e Ilustração

Duarte Santos

Participaram nesta edição

Alberto Corder

Ana Vasquez

Andrea Peniche

Hugo Monteiro

Joana Bregolat

José Soeiro

José Miranda

Leonor Figueiredo

Malin Björk

Nádia Leal

Não quero ser azul, nem verde, nem cinzento...

Tropa não, ou o retrato de Dorian Gray

escrito por *Hugo Monteiro*

Velhos e felizmente antiquados adágios, em (con)textos onde menina não entrava, declaravam que na tropa é que se faziam os homens. O machismo, aferrolhado em laconismo autoritário e vistas curtas, sempre sustentou o Serviço Militar Obrigatório (SMO), com o lustro apressado da apologia das virtudes formativas da autoridade e da disciplina. Mas dizia-se, também, com maior ou menor benevolência, que o SMO era um retrato do “país real” – e aí teremos que dar razão à frase feita.

Admitamos que a sentença estava plenamente correta: sim, o SMO era realmente um retrato do país fragmentado, ainda servil, ainda hierárquico, ainda com inclinação para a subalternidade e para a gestão pela bota cardada. Isso faz com que voltar à discussão do SMO, da sua necessidade ou do seu potencial, seja entrar numa espécie de máquina do tempo, tão desconectada do presente quanto reveladora do modo como este se quer redefinir.

Máquina do tempo

Entremos na máquina do tempo. Subitamente, estamos nos anos derradeiros do governo de maioria absoluta de Cavaco Silva. Milhares de jovens, nascidos na vizinhança do 25 de Abril, conseguiam aceder aos últimos anos do ensino secundário e enfrentavam a grande barreira do numerus clausus, em Universidades cada vez mais exíguas face às exigências da massificação do Ensino Superior. Florescia o negócio das Universidades Privadas, crescia a contestação às propinas e a discussão em torno de uma educação realmente pública, gratuita e universal. Do outro lado, ainda sujeitos às fatalidades da proveniência e da linhagem, estavam os sacrificados pelo sistema, os que não podiam ou não queriam seguir os trilhos da formação superior e que mais facilmente eram apanhados pelas malhas do SMO.

Se essa máquina de tempo te colocasse na estação de Campanhã, ou de Sta. Apolónia, nos idos anos 90, assistias ao encontro que – não sem fricção, tensão, paz podre – se gerava entre esses dois países. Um deles entrava no comboio especial que, todos os fins-de-semana, devolvia os praças aos respetivos quartéis, com a gritaria e a boçalidade própria de quem estava prestes a ser novamente enjaulado no rigor da disciplina. O outro, igualmente a abarrotar de jovens da mesma faixa etária, encaminhava estudantes de todo o país para Porto, Braga, Lisboa ou Coimbra centros principais de um ensino superior que timidamente se expandia.

Esse convívio de jovens de uma mesma geração, no mesmo espaço de passagem, torna evidente o tal retrato de que se falava. É que enquanto uns, “engenheiros” e “doutores” – nos quais um país à míngua de diplomas depositava esperança e mesura –, ostentavam o privilégio do adiamento ou da dispensa, os outros entravam na idade adulta arrebanhados por esses vagões, que os deslocavam à força das suas terras e do seu resguardo.

Talvez uma certa consagração viril, injetada a patriotismo de caserna – “Na tropa é que se fazem os homens!” –, anesthesiasse o efeito de assimetria e tornasse motivo de “orgulho” o que foi, na verdade, uma imposição. Fosse como fosse, lá estava o retrato: de um lado da estação, universos de construção, democracia e crescimento conjunto; do outro lado da linha, continências, penalizações, ordens impostas e imposição disciplinar.

Da “praxe”

Não era preciso ser-se mobilizado para se poder apreciar essa curiosa fotografia. A maior parte dos universitários, principalmente os nascidos na vizinhança de Abril de 74, já nem era chamado de todo. Mas o retrato começava aí mesmo.

Toda a máquina sobre a qual assentava o SMO, todos os mecanismos que o tornavam numa espécie de fantasma a pairar, ameaçador, sobre a cabeça dos jovens portugueses (“Na tropa se faziam os homens!”) era uma imposição repugnante, que, como todas as imposições, se sustentava e exprimia num conjunto de símbolos ainda vagamente partilhados: em relatos seletivos de pais

e avós onde da guerra colonial sobrou apenas o toque a reunir e a camaradagem em tempos de agrura.

A tropa era uma imposição que já se insinuava entre nós, bem para lá da chamada efetiva para as Forças Armadas. Até que isso acontecesse havia o nome, surgido no “Edital da Junta de Freguesia”, como cantava o Rui Veloso. Acabados os adiantamentos sucessivos, pedidos religiosamente todos os anos até ao último de frequência do Ensino superior, havia as “inspeções”. Dois dias de ritualizado convívio com os quartéis, com os seus soldados e patentes, nas suas diversas formas de entronização na sociedade dos machos e dos chefes de família viris.

A tropa, a sua exclusiva e virulenta insinuação na vida dos jovens “mancebos”, em toda a sua bafienta hierarquia, em toda a sua horripilante fachada chauvinista, era uma panóplia de imposições, de esmagamento de identidades, de supressão de autonomia e de invalidação de tudo o que a sua norma desprezava: a vulnerabilidade, a diferença física, cultural ou sexual, mas também a periferia, a ruralidade e a pobreza. O SMO era parte de uma sociedade apodrecida pela subalternidade, pela imposição de um sentido anacrónico de dever e de uma forma inquestionada de “pátria”, que dependia diretamente da prepotência, da arrogância e da podridão dos rituais em que assentava. Entrar no quartel era a confirmação de que havia tratamentos diferentes, níveis sociais a considerar, mancebos que teriam direito a um tratamento mais amenizado, dada a sua estatutária condição de estudante universitário, ou aqueles imediatamente expostos à lei do berro e da ameaça. Toda a razão: é um retrato!

Desmilitarizar discursos

Por mais inconsequentes, e até bizarras, que se revelem as incursões recentes, da parte de responsáveis que o são pouco, a propor o regresso do SMO, elas não deixam de ser reveladoras e preocupantes. São uma espécie de regressão às apalpadelas, de tentativas de caminhar no escuro com a certeza do que se quer obter, mas ainda sem os meios necessários para alcançá-lo. Para além da reacionarite aguda, para lá da caricatura de um marialvismo que tresanda a bolor e a pequenez, estas tentativas são o vislumbre de uma visita sinistra, que apenas bate à porta enquanto não tiver força para arrombá-la.

Discutimos, hoje, um espaço europeu onde direitos e salário recuam, na exata medida em que gastos com armamento são centralmente impostos em nome de uma qualquer “segurança”. Organismos que se curvam perante a arrogância dos mais poderosos, que prescindem de leis humanitárias quando elas visam quem não convém visar, ou países europeus que falham sucessivamente para com os/as mais dwesprotegidos/as enquanto se vergam, com oportunismo e cobardia, ante a voz grossa do Estado genocida de Israel – vão deixando alastrar pelos seus púlpitos uma cultura de violência que deveríamos remeter para o lixo da história.

Velho como o mundo, nenhum belicismo se refaz pela juventude da sua pose ou pela frescura do seu enquadramento. Basta rasgar-lhe o retrato.

¹ * “Não quero ser azul, nem verde, nem cinzento/ não quero ser general, nem soldado, nem sargento”. São as palavras de entrada de “Pátria Sábia”, música dos Peste & Sida que, ainda nos anos 80, expressava a revolta contra o SMO e contra o conservadorismo da instituição militar.

Somos a esperança, a solidariedade, a igualdade.

Movemos montanhas.

Intervenção de Malin Bjork no encerramento da conferência do Abril é Agora “As mulheres são revolução” realizada a 10 de fevereiro de 2024 no espaço mira no Porto
Tradução Colaborativa da Redação

Cada luta feminista tem as suas raízes, a sua história, o seu contexto, mas todas se tratam de mover montanhas.

É também uma luta completa e total. É sobre termos pelo menos metade do poder, os homens tiveram-no todo por milhares de anos. O salário por inteiro, nada menos - porque é que em Portugal se ganha menos um terço do salário? E direitos totais sobre o nosso corpo, ou seja, sem violência e com total autodeterminação sobre a nossa sexualidade e direitos reprodutivos.

Nos últimos 20 anos, tenho trabalhado sobre saúde e direitos reprodutivos, incluindo o direito ao aborto. E devo dizer que, em cada contexto - na Polónia, na Suécia ou aqui em Portugal - foi sempre a luta feminista firme que conseguiu conquistar estes direitos.

O caso do aborto livre é uma questão de saúde e de cuidado. Os conservadores odeiam quando me refiro ao aborto como uma forma de cuidado porque pensam que eles é que cuidam. Nós sabemos que não. A luta feminista pelo aborto e pela decisão sobre os nossos corpos deve incluir todas as mulheres, o que significa que temos de falar sobre acessibilidade. Se o direito ao cuidado no aborto não for acessível a todas as mulheres, a nossa luta prossegue. E é por isso que enquanto feministas de esquerda, temos trabalho extra, porque nas lutas feministas, não deixamos nenhuma mulher para trás. Seja no trabalho, seja na política, seja nos cuidados de saúde e no acesso ao aborto.

Em Portugal, a luta pelo direito ao aborto é a vitória no referendo de 2007, reforça como é importante lembrar. Porque, quando regressamos a estas memórias, também nos inspiramos, sabemos o que veio antes de nós e o trabalho que temos de continuar a fazer. E há anos que vemos o movimento feminista a mover montanhas. Aqui em Portugal em 2007, no Estado Espanhol em 2010, na Irlanda em 2019. Ninguém pensava que as irlandesas conseguiriam, mas também lá o feminismo moveu

montanhas. E é importante olharmos umas para as outras e dizermos “nós conseguimos” para sentirmos esse poder. Sim, nós ganhámos! E vamos precisar desta energia nos próximos tempos com o que se passa na Argentina, nos EUA, na Polónia, na Hungria. Por isso temos de pegar nessa energia e saber que vamos ser capazes de celebrar vitórias, mas que temos luta para fazer. E é agora.

Conhecemos bem os nossos inimigos e a sua ideologia conservadora nacionalista descarada que defende a separação dos papéis de género. Mas sabemos também que podem ser muito menos explícitos. Quando os liberais enunciam problemas de demografia, das famílias, das crianças, de as mulheres terem de ter mais crianças - tal como ouvimos Macron em França a dizer que temos de “rearmar a demografia” - agem como se não tivéssemos famílias, como se não quiséssemos famílias. A questão é que nós queremos ter o poder de decidir como são as nossas famílias. Esta estratégia dos conservadores nacionalistas e fascistas tenta furar em vários países na Europa.

E é bom termos presente que eles se coordenam e partilham estratégias numa rede internacional. Em alguns países organizam referendos para introduzir novos pressupostos na Constituição, como o direito à vida desde a concepção e, como na Polónia, levam depois os casos a tribunal, para que o direito ao aborto seja banido. Outros reduzem o número de semanas dentro das quais a mulher tem o direito a decidir recorrer ao aborto. Impõem também períodos obrigatórios de reflexão, como aqui em Portugal (e onde não existe, tentam introduzir). Na Hungria tornaram obrigatória a auscultação do coração do feto... Mas um dos problemas mais sérios é a objeção de consciência de profissionais de saúde, como também existe em Portugal. Ora, na Suécia nem sequer existe porque qualquer profissional que trabalhe num hospital ou numa clínica ginecológica é obrigado à prestação de cuidados abortivos, como ao de qualquer outro cuidado de saúde reprodutiva e só a mulher tem o direito a es-

colher se não aceita o cuidado de determinado profissional. E quando todo um hospital ou toda uma clínica se tornam objetos de consciência, o direito está comprometido. Deve ser simplesmente impossível.

Temos também de nos organizar. Dou exemplos do Parlamento Europeu. Em 2014, há não muito tempo, perdemos um voto para garantir o aborto como direito de todas as mulheres na Europa. Juntámos forças de esquerda e progressistas de outros grupos para criar uma rede pró-escolha de forma a não voltarmos a perder. Sabíamos que nunca mais podíamos perder um voto desta importância, porque não queremos a mensagem que isso transmite. Desde então tivemos cerca de cinco votos importantes sobre direitos reprodutivos que incluíam aborto, educação sexual, contraceção, direitos LGBT e outros cuidados reprodutivos. Não perdemos nenhum.

Gostaríamos de acreditar que, uma vez conquistados os direitos das mulheres, eles são irreversíveis, mas não é verdade. Na Argentina, mas também em países europeus como Polónia e Hungria estes direitos foram recentemente diminuídos. É por isto importante que nos juntemos ombro a ombro para construir solidariedade feminista concreta para os tempos futuros. Temos de travar os ataques conservadores e as propostas que inserem no debate público, mesmo que as abordagens sejam diferentes de país para país. Temos de fazer alianças com outros movimentos defensores da democracia e de direitos: trabalhadores, de defesa de pessoas migrantes, de pessoas LGBT, pelo clima...

E temos ainda de praticar a solidariedade concreta. Quando na Suécia não tínhamos direito ao aborto, íamos à Polónia abortar. Agora é ao contrário e garantimos que na Polónia existem associações que assegurem o direito ao aborti. Uma associação a que chamamos abortion dreamteam, garante financiamento e acesso a medicamentos para abortar de forma a que se possa ajudar as mulheres Polacas, mesmo as que não têm dinheiro para viajar até à Suécia. Esta é uma solidariedade prática e não nos devemos esquecer da sua relevância.

Outra parte da nossa estratégia é garantir avanços. Não há nada tão eficiente como garantir acesso universal, mais semanas, acesso gratuito, acabar com a objeção de consciência quando se torna abusiva e impeditiva do acesso a direitos, temos de conseguir que as mulheres migrantes também tenham acesso ao Serviço Nacional de Saúde, cada uma é a luta que avança, é uma vitória. Sentimos nos nossos países a ameaça da extrema-direita, mas também do centro e dos liberais que se associam a estas forças e negociam os nossos direitos. Temos de resistir e lutar: feminismo, não fascismo!

A nossa luta é global e não deixaremos ninguém para trás. Temos um futuro maravilhoso para oferecer, temos esperança, solidariedade, igualdade. Eles não. Toda a gente que sabe que temos de mover-nos por uma sociedade melhor, de igualdade e de esperança, sabe que o mundo precisa das feministas. Somos muito valiosas, porque somos capazes de mover montanhas.

Publicado no Jornal Expresso
a 8 de Maio 2024

1. O debate sobre o crescimento da extrema-direita e sobre ataques racistas é sobre isto: milícias criminosas e racismo. O que aconteceu no Porto no início de Maio foi um crime. O primeiro suspeito detido pela polícia confessou às autoridades a motivação racista desse crime e acrescentou que terá estado envolvido em mais situações do mesmo tipo contra cidadãos magrebinos nas últimas semanas. Sabemos portanto que pelo menos um dos criminosos tem ligações ao grupo neonazi de Mário Machado, em cujas redes sociais se celebrou as agressões.

2. O ataque no Porto tem responsáveis criminais e responsáveis políticos. Quem são? São aqueles que no espaço público associam imigração e criminalidade, o que é objetivamente falso e visa cavalgar um sentimento subjetivo, canalizando-o para uma desconfiança sobre os imigrantes, como fez Passos Coelho. É quem incentiva o preconceito contra os imigrantes e o leva para a esfera institucional, como André Ventura, cuja reação à atuação da milícia foi desculpar o crime, procurando “enquadrá-lo” com uma suposta “indignação popular”. Ora, o que motivou o crime não foi a “indignação popular” nem a “insegurança da população”, porque a população que tem problemas chama a polícia e bate à porta das autoridades, não convoca neonazis. A motivação do crime foi o racismo e a ideia de que se pode espancar imigrantes e obter aplausos. Ventura quis integrar estes criminosos na sua órbita política.

3. Rui Moreira também esteve muito mal. Criticou o ataque e opôs-se a qualquer ato racista e xenófobo, o que é evidentemente de louvar. Mas depois não resistiu a desviar a discussão para o debate em torno da suposta “imigração descontrolada” e, mais grave, sugeriu a extinção da Agência para a Integração, Migrações e Asilo. É preciso lembrar que esta agência substituiu o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras na sequência do debate provocado pelo homicídio de um imigrante às mãos dos inspetores do SEF, serviço que deixou como legado 400 mil pendências e dezenas de milhares de imigrantes desesperados por não terem atendimento, nem possibilidade de obter as suas autorizações de residência (muitos dos quais há meses a desontar para a Segurança Social)? Regressar ao SEF que tínhamos seria um desastre absoluto.

4. Rui Moreira tem também responsabilidades na legitimação da extrema-direita, por ter permitido uma manifestação neonazi no Porto, em abril, que deveria ter sido proibida, em nome da Constituição. E é responsável pela inação no outro tema que quis debater: apesar de ter sido proposto na autarquia, a Câmara não adotou nenhum Plano de Integração das pessoas migrantes que residem na cidade, não tem ajudado a resolver o problema da habitação que afeta trabalhadores portugueses e estrangeiros e adiou a criação de um Conselho Municipal para a Migração, que foi aprovado em 2021 e ainda não existe.

5. É preciso contrariar até à exaustão uma mentira e uma ideia falsa: não há nenhuma relação entre criminalidade e imigração. Entre 2017 e 2022, dizem os Relatórios Anuais de Segurança Interna, a criminalidade geral e a criminalidade violenta baixaram. Nesse mesmo período, o número de estrangeiros residentes em Portugal quase duplicou, de cerca de 400 mil para 780 mil pessoas. Se há problemas de criminalidade eles têm de ser resolvidos. Com políticas económicas e sociais para atacar as suas causas. Com intervenção das forças de segurança, para lidar com as suas ocorrências. Não é a imigração que os causa: há muito mais portugueses a cometer crimes do que estrangeiros. Os problemas de insegurança no Porto não explicam, não justificam e muito menos legitimam a criminalidade neofascista. Esta é, pelo contrário, um fator de agravamento da insegurança pública.

Agressões a migrantes no Porto: “condenável, mas”...

escrito por José Soeiro

6. Há uma franja no nosso país que hoje se sente legitimada para exercer a sua violência verbal e física, porque encontra respaldo em discursos públicos e institucionais. Essa violência combate-se com todo o vigor: com ação política, com educação, com a polícia quando for o caso. Quando se fala em reparação histórica, eis porventura a mais urgente: garantir a todos os que aqui vivem as condições de se sentirem seguros, combater a herança da visão colonial do mundo, construir justiça social contra o racismo e a desigualdade que dá a imigrantes e afrodescendentes menos oportunidades, que os empurra para vias curriculares desvalorizadas, que os remete para territórios periféricos e empregos sem reconhecimento nem valorização, que lhes nega direitos humanos elementares. Combatam-se ainda as narrativas e as sugestões xenófobas no discurso mediático, na abordagem noticiosa, nos debates promovidos e na linguagem política. É que há palavras e associações que são gatilhos para a violência.

7. A imigração é um bem e uma necessidade. Tem de ser acompanhada por políticas que garantam mais habitação acessível para todas as pessoas, fiscalização rigorosa contra a exploração laboral, integração de trabalhadores de todas as proveniências na lei do trabalho e na contratação coletiva, maior representação dos imigrantes nos sindicatos e nas instituições políticas, medidas de acesso à língua, emissão expedita de títulos de residência e mecanismos permanentes de regularização. Muito disto está por fazer. Eis um desafio central para quem quer, 50 anos depois, defender a democracia contra a mentira.

Nas redes sociais não há balas de prata: uma reflexão em 10 pontos

escrito por José Miranda

1) A confirmação nas urnas do crescimento eleitoral da extrema-direita, previsto por todas as sondagens, não deixou de suscitar natural preocupação e de gerar inúmeras reflexões, também sobre o papel das redes sociais. Desvalorizar a dimensão social e política do fenómeno com determinismos tecnológicos ofusca razões importantes desse crescimento, como o avanço de uma agenda política reacionária configurada internacionalmente, as insuficiências do centrão na resposta aos problemas das pessoas, a estratégia da chamada direita democrática na relação com a extrema-direita, ou a justiça como protagonista político.

2) As redes sociais traduzem o avanço, não são a causa. Poderão, quando muito, alavancar e projetar a disseminação de ideias que pré-existem, sentimentos e medos estruturais enraizados, que ganham força e legitimação no espaço público com a presença de representação em espaços institucionais e a sua progressiva normalização no espaço público.

3) Continuam a ser poucos os temas que chegam ao centro do debate público surgindo de forma autónoma nas redes sociais sem o aval das instâncias tradicionais e da sua agenda. As grandes ideias sobre as razões do atraso/desigualdades/injustiças, assim como caracterizações de protagonistas/eventos/instituições, são, ainda, fortemente condicionadas pelo sistema comunicacional tradicional. As redes podem fomentar certas bolhas mas não são um universo paralelo. Reagem, ecoam, reproduzem e dialogam com esses temas definidos, predominantemente, na agenda mediática das instâncias tradicionais.

4) A desinformação é um problema das sociedades atuais a ser combatido com programa e propostas políticas concretas para a regulação de media tradicionais e redes sociais. A recente lei europeia de serviços digitais (Digital Act), aprovada por maioria e com a participação da esquerda, impõe mínimos de democracia às grandes empresas de serviços digitais à solta na liberalização selvagem. A limitação da utilização de dados confidenciais como crenças religiosas, preferências sexuais ou opiniões políticas, para publicidade direcionada, a proteção de menores que não a receberão diretamente, a responsabilização das plataformas pela divulgação de conteúdo de ódio e obrigatoriedade de clareza na publicidade política, são pontos de partida para um espaço público digital mais democrático.

5) A predisposição juvenil para ouvir e testar novas ideias e comportamentos é a mesma de sempre: enorme. Se nos últimos anos se assistiu a um processo de repolitização emergente - com presença na cultura de massas internacional (em particular relação com Brazil e EUA) e ligado ao ativismo climático, feminista, LGBTQIA+ ou anti-racista - a reação conservadora a esse movimento potenciou vários fenómenos preocupantes, também na juventude, como o crescimento da “manosfera”¹ que agrega fóruns e protagonistas digitais que promovem ideais misóginos e fantasias de recuperação da hegemonia masculina, supostamente em risco.

6) O ecossistema comunicacional da extrema-direita não é dirigido. Ainda que as suas redes institucionais tenham alcance, a torrente faz-se sentir por um conjunto alargado de agentes públicos e influencers que vocalizam, traduzem e adaptam tendências e tópicos de debates que estão aí na cultura e espaços públicos digitais globais. A descentralização da comunicação é chave, facilita a socialização e sintonia com os códigos, modos e formas de comunicar contemporâneos na esfera de debate público, cuja configuração já não é património exclusivo das instâncias tradicionais (políticos, jornalistas, académicos), mas da cultura de massas. A autonomia, multiplicação e colaboração entre diferentes atores é tão decisiva quanto bots ou think tanks financiados.

7) Copiar as estratégias de comunicação mais informais na comunicação institucional - como abusar do humor ou excessivo personalismo ou simulacros que pretendem esbater a fronteira privado/público - pode criar mais dificuldades do que resolver problemas. Nem sempre modas e tendências são transferíveis entre sujeitos e protagonistas institucionais (ou percebidos como tal) e não institucionais, ou de influencers para políticos, como se fosse acrílica a fina percepção do público digital, não raras vezes mais sofisticada e atenta aos novos padrões comunicacionais do que a de atores do campo político tradicional. Usando um lugar comum, porque ‘a forma é conteúdo’ a estratégia de comunicação feita à esquerda também não é mimetizar, ao contrário e pela esquerda, as outras que pretende combater. O marketing digital e as propostas de storytelling e narrativas, importadas da comunicação empresarial, quando adaptadas à comunicação política, por vezes têm subjacente perspectivas conformistas, negligentes e irresponsáveis face à cultura política que também promovem.

E apesar de supostamente contemplarem a lógica da segmentação, a verdade é que pressupõem públicos digitais compostos de sujeitos receptores passivos e homogêneos, que também não o são. Também o engajamento nos conteúdos, alicerçado num sistema de incentivos para um discurso polarizador que responde às necessidades do modelo da “economia da atenção” para venda de publicidade², não só não se processa de igual forma para toda a audiência, como não deve ser independente dos objetivos perseguidos. Porque na relação com temas e questões sociais não se procura, à esquerda, a vocalização e representação por via de respostas simplistas e sentimentos primários mas de encontrar respostas diferentes e aspiracionais aos descontentamentos sentidos. É aqui que a política não deve ser ultrapassada pela técnica: é que por via da comunicação também se alimentam culturas políticas próprias.

8) Existem razões técnicas também, e a distância da esquerda para setores tecnológicos, tradicionalmente liberais, dificulta a compreensão das novas ferramentas disponíveis para a disseminação de ideias. Esse fosso pode e deve ser encurtado.

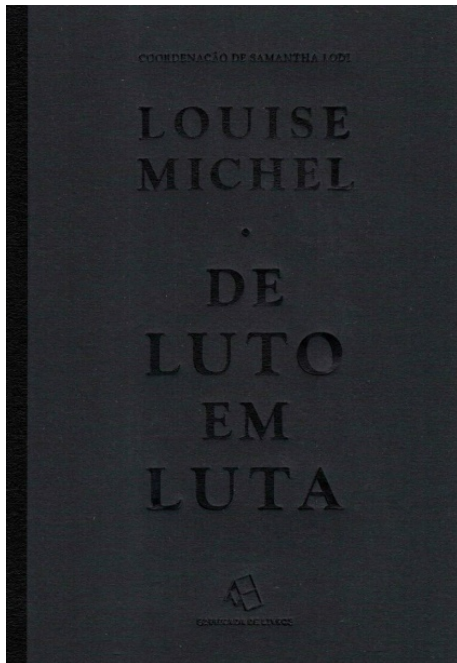
9) Se o algoritmo limita à bolha, o problema não está só no algoritmo mas também nas condições sociais que favorecem a perpetuação das bolhas. A luta social, além de provocar novos conflitos sociais e políticos que marquem a agenda e repolitizem descontentamento, pode também construir no mundo real novas sociabilidades e redes de contacto, novos protagonismos, suscitar novas expectativas de representação, novos públicos e procuras digitais, novas fidelidades e identidades ativistas/cidadãs. Dos estafetas e novas lutas laborais às lutas pela habitação, do anti-racismo aos direitos dos imigrantes, no clima, feminismo e lutas estudantis, encontram-se já muitas pistas de processos de representação política que alimentam novos sujeitos e protagonismos individuais e coletivos. No tempo atual, é inevitável que estes novos sujeitos se transformem também em novos sujeitos comunicacionais. São precisos mais.

10) O projeto de transformação da extrema-direita é mais fácil do que o da esquerda. A extrema-direita conta com muito a seu favor para espalhar ódio: a estrutura patriarcal, racista e de classes, bem como a hegemonia da lógica neoliberal de exercer cidadania e participação democrática a baixa intensidade. A esquerda não basta a divulgação de chavões para provocar mudança. As redes sociais têm de caminhar a par dessa política e ação transformativas, não à frente. Devem ecoar para fazer avançar os conflitos sociais e políticos de resistência ou de transformação, não substituir-se a eles. Enfrentar os novos desafios que hoje são colocados, sem atropelar as tarefas de sempre para os problemas de sempre.

2 ³⁴ Rathje et al., 2021, *Out-group animosity drives engagement on social media*, PNAS (Rathje et al., 2021). Disponível em <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.2024292118>

1 <https://www.publico.pt/2024/03/07/p3/noticia/inter-net-contaminada-misoginia-futuro-constroi-mulheres-2082772>

Sugestões Culturais




“De Luto em Luta”

de Louise Michel

É um documento histórico e uma edição cuidada, coerentemente oferecida, a um preço justo, a leitoras e leitores portugueses. Esta mulher rebelde, personagem central da Comuna de Paris, foi relegada a referência secundária ou à quase clandestinidade, mesmo na história das revoluções e da esquerda. Pouco lida e pouco divulgada, por vezes deturpada e mal traduzida, a *commune* passa a estar antologada pela Barricada dos Livros, que nos oferece uma perspetiva panorâmica da produção político-literária da autora. Além de uma contextualização histórica, a cargo de Alexandre Samis, que abre o pequeno volume, a edição contém exemplos de textos de natureza política, de poemas e de contos, que ilustram o percurso da multifacetada revolucionária anarquista. Reposicionar historicamente uma mulher silenciada é, certamente, uma das formas de prolongar a sua orientação transformadora e alternativa.

Hugo Monteiro



Consultório da Anita

A pedido de muitas famílias – só algumas delas “nucleares” – iniciamos a rubrica que as publicações de esquerda precisavam há muito. Mais do que um “correio sentimental” das almas politicamente inquietas, estamos perante um Fórum Social dos corações estovados. O “Consultório da Anita” é a revolução hormonal permanente, o fetichismo para lá das mercadorias, o supremo confessor das paixões marxistas.

Há cerca de cinco meses conheci o meu par ideal. Mas ontem tivemos a nossa primeira discussão porque ele é pró-vida e defende a proibição do aborto. O que faço?

Georgina, Viseu

Cara Leitora, peça a Interrupção Voluntária da Relação, antes que seja demasiado tarde.

O meu marido cuida tão bem de mim que não quer que eu trabalhe. Ele vai trabalhar todos os dias e eu só tenho de gerir a casa e ficar com os miúdos. Mas há dias em que me sinto inútil, por não trabalhar. Devia sentir-me mais grata?

Lara, Sintra

Cara Leitora, não complique. Amanhã, quando ele sair para trabalhar e os meninos estiverem na escola, vista o seu melhor vestido e pinte os lábios de vermelho. Regue tudo com gasolina, largue um fósforo e dance enquanto arde o patriarcado. Devia sentir-se mais grata, sim – por eu existir. Aprenda, que eu não duro sempre.

Numa noite de copos e de loucura andei a distribuir dividendos e acordei, no dia seguinte, cheio de comichão na dívida pública. Estou tão completado que até estou com medo de não conseguir levantar os juros. Que devo fazer?

João, Braga

Caro Leitor, é um facto que, nos dias de hoje, há uma grande preocupação com a dívida pública, fruto de uma exploração abusiva da questão nos meios de comunicação social e dos programas propostos para a disciplina de Cidadania. Mas uma pequena dívida em troca de serviços públicos de qualidade e justiça social nunca fez mal a ninguém. Se der comichão, pode coçar (com moderação). Caso venha a sofrer de disfunção erétil dos juros no futuro, saiba que estará a contribuir para o bem comum. Coma brioche!



Sugestões Culturais

“Catarina e a beleza de matar fascistas”

de Tiago Rodrigues



Fala-se de uma peça que constituiu, nos vários locais em que esteve em cena, uma verdadeira solicitação emocional, exasperante, quase cártica ao espetador ou espetadora. Dia após dia, a peça de Tiago Rodrigues terminava com apupos e protestos, que menos se dirigiam ao espetáculo do que aos tão presentes fantasmas que convoca. Uma peça mais de envolvimento do que de afastamento, mais de implicação do que de neutralidade, *Catarina e a beleza de matar fascistas* foi uma experiência teatral de enorme intensidade e uma interpelação ao momento político que atravessamos. Esta não será a razão menor para que esta edição aguce a curiosidade do leitor ou leitora, que queira também cometer o ato fora de moda de arquivar, para memória futura, no silêncio habitado da sua biblioteca, o texto de um momento fundamental do teatro português.

A peça retrata uma família que tem por tradição eliminar fisicamente partidários da extrema-direita fascista, hábito que a atualidade vem corrigir e colocar em perspetiva. Catarina, a personagem da história cujo nome e herança atravessa a discussão entre os elementos da família, discute a legitimidade da violência e recusa-se a matar. O triunfo de uma “Nova República” fascista sucede ao debate, deixando um sabor de derrota e de amargura, mas também um desígnio de ponderação acerca de uma justiça que, mesmo que desfeiteada, não deixa de ser a mais justa.

Hugo Monteiro

Consultório da Anita

O meu crush é do CDS. É possível que ele desapareça tão rápido quanto o partido dele?

Anónima, Lisboa

Cara Leitora, possível, é. Tenho sido contactada por vários leitores e leitoras que relatam situações de ghosting por parte de militantes desse partido em extinção. No seu lugar, eu não investia nessa relação. Se, ainda assim, quiser encontrá-lo, recomendo que procure num dos partidos do lado. Antes, consulte um oftalmologista. Pode ser difícil perceber quem é quem, no meio de pequenas multidões de calças bege, camisas azul claro e peúgas excêntricas.

Conheci-o no Bumble, super gato, tivemos alta vibe. Depois de 2 meses de encontros escaldantes, decidimos ir jantar fora pela primeira vez e... descobri que ele acha que devemos deixar o mercado funcionar. Será que ele me pegou o vírus liberal?

Sandra, Penafiel

Cara leitora, não se preocupe. O liberalismo não se pega através da saliva, ou outros fluidos corporais. Porém, e para evitar uma gravidez liberal psicológica, recomendo terapêutica profilática com O Capital.

dossiê



*Ideologia de
gênero:*

*o sonho
molhado do
conservadorismo*

Que política sexual radical construir em tempos revolucionários?

por **Joana Bregolat e Alberto Corder**

Anticapitalistas (Grupo de Dissidências LGTBIQA+)

As relações materiais de produção e reprodução constituem os fundamentos tácitos de toda a realidade social, pelo que a sexualidade e as leituras de género sobre os nossos corpos têm uma correspondência com os processos de acumulação pela expropriação que caracterizam o capitalismo atual. Compreender as suas crises, bem como a sua forma desigual e combinada, torna-se fundamental para compreender os regimes sexuais hegemónicos do nosso tempo e as disputas que nele se geram. Portanto, caracterizar os aspetos estruturais, tendenciais e subjacentes à atual crise do capital serve como ponto de partida para analisar o contexto que atravessa a construção de uma política sexual radical.

O agravamento das crises múltiplas, sucessivas e interligadas que marcam o período atual ocorre num quadro de reconstrução das relações do metabolismo ecológico e ambiental, que deu um salto de qualidade e quantidade em termos de degradação e translimitação. Esta situação expõe-nos a um longo ciclo de turbulências, catástrofes e mudanças para as quais o capital está longe de estar preparado com a sua política económica de curto prazo, e torna-se num campo central de luta de classes de uma dureza sem precedentes que se expressará em coordenadas que vão além das puramente ambientais. As contradições expostas pela crise ecossistémica representam um desafio no processo de constante expansão das fronteiras de acumulação de capital que, perante o embate com os limites biofísicos do planeta, torna mais evidente que sua limitação reside nas fontes da sua riqueza. Perante isto, o capital exacerba os conflitos geopolíticos e imperialistas; aumenta a sua violência ao intensificar a taxa de exploração do trabalho, da natureza e das forças de reprodução; e reforça a sua tendência para práticas rentistas, de pilhagem e de espoliação presentes nos seus circuitos secundários de extração de valor. A turbulência provocada por estas ten-

dências do capital supõe uma reestruturação do regime de acumulação e implica modificações nas relações de género, nas configurações raciais, nos regimes sexuais e nas estruturas que os sustentam. Mudanças que não estão sincronizadas, nem acontecem no imediato, mas que criam um quadro de maior contestação e controlo face à possibilidade de transformação – que no cenário atual assume uma forma reacionária, conservadora e liberalizante.

As tendências deste cenário político têm caminhado de mão dada com a consolidação de um eixo político de conflito entre o progressismo e a extrema-direita que, apesar das suas diferenças, não produziu mudanças nos regimes políticos ou perturbações no primado da obtenção de benefícios. Este equilíbrio extremamente precário afecta a consciência de classe e a expressão do conflito, impondo a necessidade de uma guerra posicional que crie tensão, que reconstrua uma ampla vanguarda e que faça da solidariedade uma práxis central da luta de classes, sem fazer concessões a ninguém, mantendo uma flexibilidade tática e uma clareza estratégica intransigente. Defender posições anticapitalistas neste contexto é fundamental perante a possível abertura de brechas no caminho.

A ofensiva reacionária no Estado Espanhol

A evidência de um cenário em que a negação e o controlo da sexualidade se tornam um campo de políticas reacionárias, conservadoras e liberalizantes, leva-nos

a tornar visível um cenário onde a luta LGTBIQA+ adquiriu importância no nosso cenário político.

Se o ciclo anterior terminou com a estabilização do fenómeno de extrema-direita, observou-se também uma maior politização de setores dispersos, principalmente entre jovens, em torno das questões identitárias como esteio de resistência e reconhecimento face à ofensiva reacionária. Este facto fez do movimento LGTBIQA+ um lugar em expansão, dinâmico, mas desorganizado, no qual devemos ser capazes de criar um projecto de emancipação radical. Não é uma tarefa meramente desejável, é uma urgência perante uma extrema-direita coesa em torno de um programa que vai além do económico, articulando uma compreensão cultural e identitária baseada numa masculinidade reativa ao feminismo e à dissidência, uma masculinidade que combina raízes anteriores com novos elementos profundamente anti-sociais.

O império da masculinidade enraizada no projeto reacionário colocou, especialmente através das suas próprias ferramentas de divulgação – meios digitais e tradicionais – as realidades LGTBIQA+ como inimigas a derrotar. Agitando o heteronacionalismo, reuniu uma série de indivíduos vencidos do capitalismo atual, aos quais junta setores diversos além daqueles conhecidos pela extrema-direita, apelando também a boa parte de setores reformistas que se veem abandonados, bem como a franjas afetadas pela sobre-intensificação sujeita à uberrização do trabalho. O heteronacionalismo não representa mais do que a rejeição de um reformismo esgotado e das suas formas políticas tradicionais, a rejeição do lobbyismo e das suas medidas identitárias, e a passividade baseada na chantagem e no paternalismo dos movimentos que respondem a partir de uma única promoção da política identitária. Um cenário que se configura pela crença numa atuação com base nos “chiringuitos”*, no esbanjamento de dinheiro público, no abandono da classe trabalhadora – que é vista como separada da comunidade LGTBIQA+, esquecendo o nível de precariedade em que se encontra grande parte – e na associação direta da diversidade sexual e de género com o

reformismo da fase anterior.

Isto permitiu que a direita, num processo de agudização da reação, conseguisse unir grupos de diferentes classes sociais numa aliança interclasse com a capacidade de gerar na sua base uma forte oposição às identidades dissidentes e uma maior divisão da classe trabalhadora.

*Expressão depreciativa utilizada no Estado Espanhol para falar de organismos públicos usados quase exclusivamente para empregar amigos dos políticos mais influentes, com pagamentos avultados para serviços frequentemente desnecessários - qual seria a melhor tradução?

Ambivalências na articulação do movimento LGBTQIA+

O cenário que gera o heteronacionalismo no Estado Espanhol desenvolveu-se em paralelo com o crescimento das políticas liberais de domesticação e assimilação das dissidências sexuais e de género. Por trás de um véu homonacionalista, que esconde uma tolerância repressiva face às rupturas da norma cisheteropatriarcal, estas políticas situam-se dentro do programa reacionário e tornam-se um dos instrumentos do capital para integrar e representar setores LGBTQIA+ das classes média e alta. Assim, esses setores assumem o papel de garante do liberalismo como forma de aceder e usufruir de “direitos e liberdades” a partir do privilégio que lhes é concedido pela sua posição dentro do regime de produção capitalista.

É essencial saber reconhecer os perigos que esta política sexual liberal capitalista acarreta e tornar visível a fragmentação que ela comporta na sua capacidade de assumir a hostilidade contra a classe trabalhadora, a desumanização e o assassinato de migrantes nas fronteiras do Estado e nos bairros das cidades às mãos da polícia, ou mesmo suportar certas doses de violência contra dissidentes sexuais e de género, desde que lhes seja permitido desfrutar da sua vida gay num ambiente seguro. Pois bem, devemos assumir que as lógicas reacionárias também operam e se reproduzem nos limites das vidas LGBTQIA+ e que é o espaço onde, em grande medida, articulamos e devemos articular a resposta à ofensiva sobre os nossos corpos e vidas em disputa.

Oportunidades para um anticapitalismo queer

Perante respostas que não são universalizáveis para toda a classe trabalhadora e que apoiam a reprodução do estado atual das coisas, é importante para nós reivindicar o marxismo queer como fator estratégico num cenário como o que vivemos. Para propor uma política sexual radical capaz de apelar a toda a classe trabalhadora, é fundamental costurar o sujeito de classe

– dividido, fragmentado e atomizado – a partir de lutas que nos permitam superar a posição defensiva, reverter a relação de forças e partir para a ofensiva. Sem cair no messianismo, consideramos que um movimento LGBTQIA+ saudável e anticapitalista é fundamental para isso, tanto pela sua dinâmica crescente como pela sua oposição direta à reação.

O potencial de um movimento anticapitalista LGBTQIA+ deve servir para ampliar a sua força e tentar dar um salto para longe da lógica da fragmentação e da identidade. Reivindicação como parte de um programa de e para a classe trabalhadora, que se reconhece em cada uma das lutas que a ocupam e que lhes dizem respeito no seu conjunto, consciente de fazer parte da sua riqueza e diversidade. Esta tarefa envolve um reconhecimento das tensões que ocorrem, existem e vivem no próprio sujeito LGBTQIA+ e o abandono das formas políticas que se homogeneizaram no passado, mas que hoje representam uma grande fragilidade.

Um exemplo disso é a revogação da Lei Trans da Comunidade de Madrid. Apesar da força relativa do movimento queer crítico dentro da cidade, a capacidade de resistir à luta contra o governo de Ayuso ficou fragilizada. Porque, em última análise, a lei respondeu a um processo de reivindicação mas foi incapaz de expandir-se, e acabou por ser uma exigência cooptada por um governo progressista que se assumiu como representante do movimento, privando-o de voz e agenda próprias no processo. Esta realidade fez com que o Direito Trans da comunidade avançasse numa má relação de forças, e longe de ser uma exceção: este caso exemplifica a importância de alargar as nossas reivindicações além da instituição, e de o fazermos de mão dada com todos os trabalhadores. Uma política sexual radical é uma política para toda a gente, para além dos limites da identidade sexual e de género.

É a partir daqui que nosso objetivo se resume a quebrar a separação das lutas e exigências dos dissidentes LGBTQIA+, abandonando os limites do lobbying de plataformas e caminhando assim para a constituição de experiências conjuntas

com diferentes setores da classe trabalhadora. A recomposição do movimento LGBTQIA+ como parte da recomposição do sujeito de classe passa, portanto, pelo reagrupamento face às ameaças reacionárias, conservadoras e liberalizantes sem a chantagem do reformismo sem reformas, rearmando uma proposta de emancipação capaz de explodir a sua base exploratória.

Conscientes dos limites dos processos de afirmação identitária a nível individual que se multiplicam nos contornos da política queer, observamos ao mesmo tempo fissuras e pequenas bifurcações que abrem espaço para uma política sexual anticapitalista capaz de expandir o movimento e o sujeito que luta, participa e se integra nela. Assistimos a um pequeno avanço de posições de um anticapitalismo queer que recupera o legado de grupos militantes como a FHAR (Frente Homossexual de Acção Revolucionária) ou a FLG (Frente de Libertação Gay), as mais diversas experiências de Maio de 68 ou, mesmo, o rearmamento teórico do marxismo a partir da dissidência sexual e de género em resposta à essencialização de outros sectores. A explosão de identidades representa um choque e um despertar de interesse por uma política queer verdadeiramente radical, com memória, programa e estratégia próprios.

Sem mistificações ou determinismos, a nossa proposta de ação revolucionária em tempos lentos e de crise centra-se em recolher esses pequenos fragmentos, essas experiências de luta de dissidência sexual e de género que nos permitem pôr em prática elementos estratégicos e políticos para uma política do todo. Avançando a linha pontilhada e, assim, plantar as sementes da libertação queer que juntamos e construímos com outros nos diversos movimentos que organizam, cuidam, expressam e moldam o conjunto das lutas da classe trabalhadora. É este marxismo queer que queremos reivindicar como parte da nossa arte estratégica.

Publicado na Viento Sur, a 16 de Maio de 2024

Regresso ao passado

Ideias sobre conservadorismo e desafios da esquerda

por **Andrea Peniche**

Aprendemos com a crítica de Benjamin¹ à “historiografia progressista” (determinista, mecanicista, profética) que a história não é um caminho linear, nem transcorre num tempo vazio e homogêneo rumo a um fim determinado. Por essa razão, o conservadorismo, o fascismo e todas as formas de totalitarismo não são aberrações necessariamente condenadas ao desaparecimento. O presente convoca-nos. Não sabemos o que será o futuro, mas é justamente esse seu caráter de imprevisibilidade que é revolucionário e nos anima, porque significa a recusa da espera e da acomodação e nos projeta na disputa pelo presente e pela imaginação do futuro.

1. A sagrada família: elite e trolls, a mesma luta

O Movimento Ação e Ética (MAE) foi fundado em 2021 por quatro homens da elite conservadora. Recentemente, editou o livro *Identidade e Família – Entre a consistência da tradição e as exigências da modernidade*, sobre o qual se acenderam os holofotes mediáticos por ter sido apresentado pelo transformista Pedro Passos Coelho, que agora se assume como conservador nos costumes.

Incapazes de perceber que os direitos não obrigam ninguém, antes protegem todas as pessoas, em particular as mais vulneráveis, estes homens mobilizam-se contra a ideologia de género, a educação sexual, a morte assistida, o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a homoparentalidade com o objetivo, anunciam, de influenciar o poder, para travar e reverter mudanças que, no seu entender, ameaçam a “família natural, universal e intemporal”, a qual, dizem, tem sido condicionada e lesada por diversas iniciativas legislativas.

Esta é, no entanto, a versão polida de um movimento de chafurdice cultural mais amplo que vem fazendo caminho e cujo programa é a reversão de direitos: das mulheres, das pessoas LGBTQIA+, das minorias étnicas, das pessoas migrantes, etc. Ambos concorrem, no entanto, para o mesmo fim, ambos se alimentam da misoginia e do supremacismo (branco, heterossexual, masculino,...) cuja versão nacional recriam. Uns empenham-se numa estratégia troll, próxima do ideário incel², outros numa estratégia polida a que decidiram chamar debate ético. Pelo caminho, ganha o Chega, o braço político destas máquinas de ódio, conseguindo alcançar vários públicos e acolhendo todos os ódios e ressentimentos.

Por mais atávica que nos pareça a elite conservadora, por mais extremistas que nos pareça a brigada luso-incel, estes grupos dão voz a uma parte do país que assim pensa ou assim tem sido por eles entusiasmada a pensar, exatamente aquela que saiu legitimada nas últimas eleições legislativas. É, portanto, uma estratégia vencedora e, por isso, merece a nossa atenção.

Esta emergência do conservadorismo não é, no entanto, um fenómeno novo nem isolado, pelo contrário. Com as suas idiosincrasias, as propostas da elite conservadora e da brigada luso-incel acompanham o revigoramento internacional do conservadorismo, nascido sobre as cinzas do falhanço do centro liberal, legitimado com a eleição de Trump em 2017 e animado pelas ondas de devastação que se lhe seguiram e seguem.

Benjamin tinha razão.

2. O conservadorismo é a política de costumes da extrema-direita

Bagão Félix, um dos fundadores do MAE, que em 1998 defendia penas de trabalho comunitário para as mulheres que abortam, aprecia a “família natural”, aquela família composta por “casal, homem e mulher, com filhos, que podem ser naturais ou adotados”. Paulo Otero, outro dos fundadores do MAE, aponta o dedo às leis que permitem a adoção por casais homossexuais e a procriação medicamente assistida, bem como “a transformação do aborto e da eutanásia em direitos”. Pedro Afonso, também fundador do MAE, associa a identidade de

género, que pejorativamente designa por “ideologia de género”, a “patologias psiquiátricas”, mobilizando-se contra a proibição das práticas destinadas à conversão forçada da orientação sexual, identidade ou expressão de género. Pedro Vaz Patto, que assina um dos textos do livro referido, insurge-se contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a legislação “que facilita o divórcio”. E o inefável João César das Neves contesta que “ao longo dos séculos a mulher tenha sido sucessivamente oprimida e desprezada”. Considera que “esta convicção é estranha por duas razões. A primeira é que as mulheres sempre foram a maioria da população, o que torna insólito que sejam dominadas pela minoria masculina. O segundo motivo é que essas senhoras, alegadamente tiranizadas, nunca se queixavam ou manifestavam o seu desagrado”.

Há, pois, um mal-estar com as mudanças legislativas e as transformações sociais que foram acontecendo no país nos últimos 50 anos. Regressar ao passado e repor a velha ordem social e moral bafienta é o seu programa, mesmo que a história não se repita e não seja uma convicção, mesmo que isso signifique voltar a meter no armário quem corajosamente de lá saiu e reclamou o seu direito a existir, mesmo que isso implique prosseguir num casamento malsucedido, mesmo que isso inviabilize a parentalidade a quem tem de recorrer à procriação medicamente assistida ou à gestação de substituição. E em nome de quê? De uma efabulação de família.

A realidade desmente a fábula conservadora

Segundo os Censos, existiam em Portugal, em 2021, 3 120 121 núcleos familiares³. A maior parte deles (64%) correspondia a núcleos com filhos (45,3% de casais e 18,5% de núcleos monoparentais) e cerca de 36% a núcleos de casais sem filhos. Entre os núcleos familiares de casais com filhos (1 415 817), 78,6% diziam respeito a casais de direito⁴ e 21,4% a casais de facto⁵. 85,6% dos núcleos monoparentais são femininos. Desde a aprovação da lei que permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo (Lei 9/2010), foram celebrados mais de 3200 casamentos. Desde que a lei que

¹ Walter Benjamin (1940), *Sobre o Conceito de História*, Arquivo Marxista na Internet.

² A expressão *incel* deriva da aglutinação das palavras *involuntary celibates* (celibatários involuntários). É uma subcultura virtual de homens heterossexuais que odeiam e culpam as mulheres e a sociedade pela sua falta de sucesso romântico.

³ Agregados de duas pessoas ou de duas ou mais pessoas.

⁴ Núcleo familiar em que a relação conjugal entre os membros do casal tem por base um casamento.

⁵ Núcleo familiar em que a relação conjugal entre os membros do casal tem por base uma união de facto.

elimina as discriminações no acesso à adoção foi aprovada (Lei 2/2016), 40 casais homossexuais adotaram 55 crianças. De-sengane-se, pois, quem pensa que as famílias homossexuais começaram a existir em 2010 ou quem acha que a homoparentalidade foi inventada em 2016. O que as leis 9/2010 e 2/2016 fizeram foi reconhecer uma realidade que já existia: famílias homossexuais e homoparentalidade. E, ao contrário do que diz a direita conservadora, com estas leis não se lesaram famílias, antes se acolheram no campo dos direitos e do Direito modelos de família até então discriminados.

Não há famílias naturais, as famílias são diversas. A família não é, necessariamente, “o habitat natural de convivência solidária e desinteressada entre diferentes gerações”, como se efabula no referido livro, onde se confunde o desejo com a realidade. As famílias são até, muitas vezes, espaços de violência – contra as mulheres, as crianças, os seus membros LGBTQIA+, as pessoas idosas –, como mostram vários estudos.

O conservadorismo é passadista, já o sabíamos, mas é também, e sê-lo-á sempre, fundamentalista. Ao ignorar a realidade, ao idealizar um regresso a um passado que só teria condições de existir se um conjunto de pessoas fosse desapossada dos seus direitos e das suas vidas, a proposta que traz é a de voltarmos a leis iníquas, leis que, ao imporem um único modo de vida, essas sim, lesam as famílias.

Spoiler alert: Deitámos fora as chaves do armário, não voltaremos a ter vidas clandestinas.

3. A dignidade por via da maternidade

A misoginia conservadora pretende restaurar um modelo de família que não tem condições de existir. O modelo do homem provedor e da mulher doméstica e cuidadora é um delírio conservador, como é fácil perceber, se convocarmos para o debate as taxas de juro do crédito à habitação ou os preços das rendas praticados e os valores médios salariais do país. Todavia, os números são aqui pouco importantes, justamente porque estas propostas são sobretudo ideológicas, apontam para um dever ser imaginado e não para as condições materiais que o tornariam possível.

Há mais ou menos 2500 anos, Aristóteles, em *Da geração e da corrupção*, argumentava que a mulher era um *mas occasionatus*, isto é, “um macho em potência, cujo devir foi contrariado, um ser falhado, incompleto, mutilado”. Não querendo aliviar Aristóteles da crítica à misoginia desta sua ideia, convém situar o seu pensamento. Aristóteles tinha identificado o sêmen como a substância reprodutiva masculina, todavia, desconhecia a existência do óvulo, que só foi descoberto no século XVII. O desconhecimento não o impediu, no entanto, de

especular sobre a natureza das mulheres, escolhendo depreciá-las e duvidar da sua humanidade (as mulheres eram concebidas como um recetáculo passivo da força generativa/demiúrgica do homem). O que creio que Aristóteles não imaginou foi que 25 séculos depois, apesar da história, apesar da evidência científica, apesar da experiência relatada pela generalidade das mulheres, neste particular ainda tivesse tantos discípulos. Das históricas de Freud às mulheres-mães do catolicismo, a diferença entendida como inferioridade não foi ainda superada nas sociedades contemporâneas.

A resposta da Igreja Católica à desigualdade das mulheres e aos desafios trazidos pelas sociedades laicas e pelo movimento feminista foi a Carta Apostólica *Mulieris Dignitatem* (A Dignidade das Mulheres), de 15 de agosto de 1988, do pontificado de João Paulo II. Na doutrina católica e nos dogmas marianos, Maria, mãe de Jesus, aparece para redimir Eva do pecado e é apresentada como referência para todas as mulheres: mãe e casta. “Em Maria, Eva redescobre qual é a verdadeira dignidade da mulher, da humanidade feminina”, lê-se na referida Carta Apostólica. A dignidade é, pois, algo exterior às mulheres, não lhes é intrínseco, tem, pelo contrário, de ser merecida e esse merecimento surge por via da maternidade. Para a doutrina católica, onde bebe o conservadorismo, a maternidade define as mulheres e outorga-lhes dignidade/moralidade. A identidade das mulheres é heterodefinida e a maternidade funcionalizada. E é este aparato que enforma também as propostas conservadoras e o modo como representam as mulheres.

O corpo como campo de batalha

O corpo é a nossa única propriedade verdadeiramente legítima. Sobre o seu corpo, cada sujeito deve ser absolutamente soberano. Este é o princípio que está na base do reconhecimento de um conjunto de direitos, do aborto à morte assistida. Não é uma diferença pequena com o conservadorismo. O conservadorismo é totalitário e integrista, quer impor, com o recuo legislativo a que alude, um modo de vida que obriga todas as pessoas e torna os corpos prisioneiros da sua ideologia.

Os corpos desalinados, livres e autodeterminados são um pesadelo para o conservadorismo, sobretudo porque estes corpos já não são imaginários, passaram a ser reais, a partir do momento que se tornaram corpos visíveis e desafiaram os estereótipos sem pedir licença. São, por essa razão, corpos políticos.

Voltar para o armário ou para o confinamento doméstico é a sanção proposta para domesticar os corpos desobedientes. Que isso signifique voltar a criminalizar modos de vida parece não importar o conservadorismo, justamente porque ele é fundamentalista.

4. O engodo do centro liberal

Todos os anos, por altura do 15 de Novembro (Dia Europeu da Igualdade Salarial), do 25 de Novembro (Dia Internacional para a Eliminação de Todas as Violências contra as Mulheres) e do 8 de Março (Dia Internacional das Mulheres), soam os alarmes e são proferidos discursos enfáticos que sublinham a ignominia da desigualdade salarial, o flagelo da violência doméstica e das várias formas de violência com recorte de género e, evidentemente, a grandeza das mulheres. Nesses dias, existimos, apesar de sermos frequentemente representadas como vítimas sem agência. Não obstante a inflamação discursiva, no dia seguinte, o *gender pay gap* permanece, a lei das rendas mantém-se e os serviços públicos são emagrecidos. Cumpridos os conselhos das agências de comunicação, ficamos na mesma. E quem não se empenha em resolver a desigualdade salarial agora, está a consentir numa desigualdade futura por via das pensões (cujo diferencial por género era, em 2021, de 43% em desfavor das mulheres⁶). Quem não resolve os problemas do acesso à habitação agora, aliena a possibilidade de mulheres saírem de contextos de violência. Quem não alarga e reforça os serviços públicos agora, consente na sobrecarga de trabalho e na sobre-exploração das mulheres.

A família do homem provedor e da mulher doméstica que cuida dos filhos e da casa que o conservadorismo promove como modelo é uma recriação do Estado Novo e um delírio. As mulheres sempre trabalharam, em particular as das classes populares, por mais que isso não encaixe na fábula e na estética conservadoras. No entanto, nas últimas cinco décadas, assistimos a mudanças profundas na sociedade portuguesa, que se refletiram na redistribuição do trabalho assalariado disponível, tendo as mulheres entrado massivamente nele⁷. Todavia, refletiram-se muito pouco na reorganização do trabalho doméstico e de cuidado. Como estas transformações não foram acompanhadas por respostas públicas universais capazes de assegurarem os cuidados a crianças, idosos ou pessoas dependentes, o resultado é a sobrecarga e sobre-exploração das mulheres, que passaram a acumular o trabalho assalariado com o trabalho doméstico e de cuidado. O crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho assalariado ampliou e reforçou outra característica: os trabalhos desempenhados maioritariamente por mulheres são os mais mal remunerados e aqueles aos quais é reconhecido menos valor económico e social.

6 *Relatório sobre a Sustentabilidade Financeira da Segurança Social, Orçamento do Estado 2022.*

7 *Em 1960, a taxa de atividade feminina era de 18%; em 2021 era de 49,9%, segundo o Pordata.*

Assim, ao invés da retórica e do ranço conservador, era importante que nos concentrássemos nas medidas que podem realmente alterar as condições materiais de vida das mulheres: a criação de um Serviço Nacional de Cuidados (rede pública de lares/centros de dia com cuidados individualizados, de serviços de apoio domiciliário, de creches públicas, de uma bolsa pública de assistentes pessoais e da integração de outras respostas, nomeadamente de residências partilhadas e vida independente), mais e melhores serviços públicos, dignificação simbólica e salarial das atividades desempenhadas pelas mulheres, diminuição do horário de trabalho para todas as pessoas e partilha das tarefas domésticas e do cuidado.

A familiarização dos cuidados não representa apenas uma sobrecarga das mulheres, mas também a resposta errada. As famílias não são sempre lugares seguros, já o disse, e responsabilizá-las pela prestação de todos os cuidados significa, também, reproduzir desigualdades, porque o rendimento das famílias determina a qualidade e quantidade de serviços a que se tem acesso. Para que os cuidados possam ser um direito social universal, eles têm de ser considerados uma responsabilidade coletiva.

Em 50 anos de democracia conquistámos muitos direitos, mas chegámos a 2024 exaustas. Uma democracia assim é um engodo, justamente porque é apenas, ou quase exclusivamente, proclamatória. Legisla e discursa, mas não cria as condições para as mudanças acontecerem. E nós temos pressa e a nossa pressa é legítima, porque é justo sermos exigentes com a democracia e é igualmente justo querermos as mudanças para o nosso tempo de vida. As sufragistas, no século XIX, diziam Deeds, not words! (Ações, não palavras!). O que é lamentável é que em 2024 tenhamos de dizer o mesmo.

5. Os desafios da esquerda

O discurso que responsabiliza uma parte da esquerda e dos movimentos sociais – feminista, antirracista, LGBTQI+ – pelo avanço do conservadorismo e da extrema-direita e pelo recuo da esquerda é, na minha opinião, um discurso cata-vento, preguiçoso e injusto. Cata-vento porque emprenha pelos ouvidos: olha para a emergência das identidades subordinadas como uma fabricação e um exagero (um desvio burguês), e não como o resultado de anos de opressão, discriminação e invisibilidade, e não reconhece as identidades hegemónicas como instrumentos políticos, sociais e económicos de opressão e exploração. Preguiçoso porque, ostensivamente, ignora um dos mais interessantes e transformadores debates que nos últimos anos tem atravessa-

do a esquerda crítica. E injusto porque não percebe a importância do debate e ao não o perceber fica limitado na sua interpretação. Curiosamente, se olharmos para a expressão eleitoral da esquerda no nosso país, o que verificamos é que a esquerda que tem sobrevivido, e até crescido, é precisamente a que está empenhada neste debate, a que reconhece a importância das identidades subordinadas e sabe que elas se opõem a uma identidade hegemónica. Pelo contrário, a esquerda messiânica que atira o reconhecimento e a resposta a estes problemas para um futuro incerto é precisamente a que define.

O debate nascido da tensão entre reconhecimento e redistribuição é um dos mais fecundos dos últimos quarenta anos. Fecundo e exigente, porque, enquanto se complexifica, reconhecendo e acolhendo em escuta ativa a crítica as ideias e as propostas dos movimentos que reclamam reconhecimento, se empenha também na imaginação e na construção de um novo projeto comum, um projeto que recusa a oposição entre identidade e redistribuição. É um caminho difícil. Deve nascer e nutrir-se da memória e da experiência, do cruzamento das lutas e de aprendizagens partilhadas, mas é/deve ser o caminho da esquerda, porque uma esquerda que não ouse ser a casa comum de todas as lutas e propostas emancipatórias falha o seu propósito.

Refundar a esperança e tornar tangível o futuro é tarefa da esquerda. Aceitemos, pois, a provocação que nos fez José Mário Branco no Mudar de Vida, através da analogia com a descoberta da cura para a sífilis (Ehrlich 914), e tomemos a sua pergunta como compromisso: “Quantas vezes já tentámos nós?”.

Argumentos de Bolso

“Há funções que são próprias das mulheres”

Não existe nenhuma apetência biológica que torne as mulheres mais aptas a determinadas funções. Existe sim um papel de género atribuído à mulher, socialmente construído ao longo de séculos, que atribui à mulher as tarefas associadas com os cuidados e reprodução da força de trabalho.

“Por mais que tente o pai nunca vai substituir a mãe”

Essa percepção tem origem no próprio processo de socialização das mulheres, que as responsabiliza desde cedo por tarefas ligadas ao cuidado da família – quantas vezes ouves que as irmãs cuidavam dos irmãos mesmo em criança? Mas na verdade um pai deve ser tão apto para cuidar de um filho como uma mãe.

Cada macaca no seu lar

por **Andrea Peniche**

Confesso que quando ouvi pela primeira vez falar na proposta da criação do estatuto da “mulher dona de casa” fui assaltada por um turbilhão de ideias misturadas. Na minha cabeça, Caetano e Gil começaram a cantar “Chô, chuá / Cada macaco no seu galho / Chô, chuá / Eu não me canso de falar / (...) / Esse negócio da mãe preta ser leiteira / Já encheu sua mamadeira / Vá mamar noutra lugar”, enquanto me investia a desconstruir, palavra a palavra, o nome da proposta. “Mulher dona”... Dona do quê? Dona do seu corpo! “Dona de casa”? De que casa, se o que sobra ao fim do salário são dias e os dias não pagam rendas nem empréstimos?

Brincadeira à parte, creio que vale a pena analisar a proposta, até porque o seu surgimento não me parece inocente ou desgarrado. Parece-me, antes, que a proposta pretende constituir-se como uma referência alternativa a outras que vêm sendo discutidas no movimento social e à esquerda e disputadas social e politicamente, em concreto o Serviço Nacional de Cuidados.

O movimento tradwife e a romantização do patriarcado

No final de 2010, surgiu, nas redes sociais dos Estados Unidos, um movimento que se reivindica do feminino por contraposição ao feminismo e que acusa o feminismo destruir e esvaziar a verdadeira essência feminina, forçando as mulheres a serem financeiramente independentes e intelectualmente emancipadas.

Este movimento de esposas tradicionais romantiza e recupera o ideário e os costumes da propaganda dos anos 1950, reafirmando estereótipos e aceitando as hierarquias de género impostas pelo patriarcado: domesticidade, reprodução da espécie, cuidar de ascendentes e descendentes e submissão aos maridos.

O seu modo de comunicação recupera a estética dos anos 1950 – mulheres-mães domésticas felizes e voluntariamente submissas ao marido –, que faz acompanhar de provocações ao modo de vida atual em que as mulheres se dividem entre a maternidade e a carreira ou se investem exclusivamente na carreira. Há um julgamento moral destas mulheres – que são acusadas de imitarem padrões masculinos e de sacrificarem/corromperem a sua feminilidade – e uma proposta de salvação: ser esposa num casamento indissolúvel, construir uma família e cuidar dela.

No seu imaginário, existem mulheres de verdade e mulheres corrompidas, sendo as de verdade aquelas que se comportam com discrição e elegância, se preocupam com moda e beleza, se submetem voluntariamente ao marido, justamente porque sabem que a sua função é serem mães e domésticas.

As tradwives são um movimento político da direita alternativa (alt-right) e assim devem ser entendidas. Nacionalistas, reacionárias, supremacistas, saudosistas e antifeministas. É um movimento de mulheres brancas heterossexuais que se julgam as únicas com direito a desfrutar do “sonho americano” e a gerar vidas que importam. Se perceberem neste ideário uma relação com a teoria da conspiração da grande substituição, não é coincidência.

Apesar de ser um movimento muito americano, creio que deve merecer alguma da nossa atenção, não só pelo efeito de contaminação, mas para tentarmos perceber porque consegue seduzir mulheres e mobilizá-las em torno de ideias tão recuadas como, por exemplo, #EqualityIsForUglyLosers, #TraditionalGenderRoles ou #SubmissiveHousewife⁸.

A responsabilidade do centro liberal

Num artigo escrito logo após a vitória de Trump⁹, a filósofa marxista estado-unidense Nancy Fraser refere que a construção do neoliberalismo progressista (Partido Democrata) assumiu os discursos da identidade sem, contudo, trazer para a disputa a questão da redistribuição económica e da participação paritária. O trumpismo foi vencedor com a proposta de continuidade das políticas neoliberais democratas, a que juntou uma feroz perseguição às mulheres e às minorias e a proposta de restrição dos seus direitos. Em contraponto, o Partido Democrata posicionou-se no campo contrário, no campo da defesa dos direitos, mas o seu discurso foi vazio, porque exclusivamente proclamatório. A proclamação de princípios pode até contribuir para a justiça simbólica, mas não altera a condições de vida concreta das mulheres. E é perante essa ausência de proposta e de esperança num futuro transformador que o discurso do ódio e do bode expiatório tem condições para se agigantar.

O centro liberal (ou o neoliberalismo progressista, como lhe chama Fraser) consignou muitos direitos, mas demitiu-se de criar as condições materiais para que esses direitos fossem reais. As mulheres que o progressismo libertou da domesticidade passaram a acumular trabalho remunerado e trabalho doméstico e do cuidado e, por isso, não é completamente estapafúrdio que, face à exaustão, se perguntem se valeu e vale a pena.

⁸ *Igualdade é para as feias falbadas; Papéis tradicionais de género; Dona de casa submissa.*

⁹ Nancy Fraser, “From Progressive Neoliberalism to Trump – and Beyond”, in *American Affairs*, vol. 1, n.º 4, inverno de 2017.

O problema não é, pois, as identidades subbordinadas emergirem e reclamarem visibilidade e direitos, o problema é o neoliberalismo. Uma democracia que não investe em serviços públicos de resposta universal – das creches aos lares – condena as mulheres à exaustão e torna possível ponderar abrir mão da emancipação. O reconhecimento, ou justiça identitária, é facilmente assumido pelo centro liberal, mas a redistribuição não. E uma dimensão sem a outra tornam ambas insuficientes e impedem a mudança.

O estatuto da “mulher dona de casa”

Por cá, o movimento tradwife tem pouco impacto, porque, creio, é entendido como aquilo que é – um delírio –, tendo em conta o preço da habitação e o valor dos salários. No entanto, a proposta de criação de um estatuto para a “mulher dona de casa” feita pelo Movimento Ação e Ética (MAE) entronca neste ideário, no sentido em que valida os papéis de género atribuídos pelo patriarcado e romantiza a domesticidade.

A proposta propriamente dita foi prometida para maio, no entanto, até à conclusão deste texto, não foi ainda apresentada. Por essa razão, analiso-a recorrendo às intervenções públicas do seu mais audível defensor, o jurista Paulo Otero.

A proposta anuncia a criação de um “rendimento líquido mensal ou anual” para assegurar independência económica e proteção social na velhice às mulheres que não têm ocupação profissional, trabalham a meio-tempo ou deixaram o emprego para cuidar dos filhos. Os proponentes reconhecem que a proposta tem “implicações financeiras”, no entanto, sublinham, “o movimento não se move por euros, mas sim por valores”. É um estatuto pensado exclusivamente para as mulheres, porque “há funções que são próprias das mulheres, designadamente a maternidade. Há funções insubstituíveis da mãe, que por muito que o pai tente ajudar em casa nunca irá substituir a mãe. Há afetos que só a mãe pode dar, por mais presente que seja o pai”. Consideram existir dois tipos de mulheres domésticas e que ambos devem ser protegidos. O primeiro corresponde às mulheres que estão desempregadas por não encontrarem trabalho ou “por não terem possibilidades de pagar uma creche”. Estas são o “elo mais fraco da cadeia” e as mais propensas a “serem vítimas de violência doméstica”. As do segundo tipo são aquelas que são “simultaneamente trabalhadoras fora de casa” e, por essa razão, “não conseguem obter qualificações académicas”.

Antes de me deter na proposta propriamente dita, creio ser necessário clarificar três confusões reveladas na sua sustentação, porque elas têm implicações no debate:

1. A maternidade não é uma função, é um direito que pode ou não ser exercido.

2. O afeto e suas expressões (emoção e sentimento) são capacidades humanas.
3. A violência doméstica atravessa todas as classes sociais, não está necessariamente associada à pobreza.

Populismo de sacristia

A proposta anuncia pretender garantir independência económica e proteção social na velhice às mulheres do Estatuto através da atribuição de um subsídio. Quem tem direito ao subsídio? Qual o seu valor? A que índices estará indexado? Ao Salário Mínimo Nacional? Como se garante que a atribuição do subsídio contribui para a proteção na velhice (pensões)? Não se sabe. É uma proposta populista, exatamente porque não se detém nas suas condições de possibilidade, ficando-se pela proclamação.

No entanto, podemos depreender várias coisas pela argumentação usada:

- A **primeira** é que o subsídio anunciado não se destina às mulheres desempregadas ou às que trabalham a meio-tempo, mas às que, nessa situação, são mães. Ou seja, o subsídio pretende premiar a escolha da maternidade como projeto de vida e, pelo caminho, faz a reafirmação de que cuidar dos filhos é responsabilidade das mulheres. Não é um subsídio que reconheça a parentalidade, mas a maternidade, estabelecendo, ademais, uma linha de demarcação entre as mulheres-mães e as mulheres-que-não-cumprem-a-sua-função, as outras, dando uso a uma velha prática patriarcal que é a de dividir as mulheres.

- A **segunda** tem que ver com a naturalização do trabalho doméstico e do cuidado como uma competência feminina. As atividades do cuidado têm, historicamente, sido desenvolvidas por mulheres, que há séculos são socializadas para priorizarem o bem-estar dos outros elementos da família, particularmente das crianças e das pessoas deficientes e idosas. Em resultado da sua feminização, essas atividades foram invisibilizadas e subalternizadas ao longo do tempo e, por isso, desvalorizadas social e economicamente. Ao contrário do que desinforma Otero, não há nenhuma característica biológica que vincule as mulheres às atividades do cuidado e ao espaço doméstico.

É a divisão sexual do trabalho que naturaliza o trabalho doméstico e do cuidado como trabalho feminino, beneficiando quer a economia capitalista, que se apropria do trabalho gratuito das mulheres, quer o patriarcado, que se reforça enquanto sistema de dominação-subordinação. Por essas razões, creio que parte da resposta que faz falta tem de começar exatamente por aí, por romper com os princípios que se alimentam da desigualdade e da sobre-exploração das mulheres. A responsabilidade pelos cuidados deve ser assumida como uma responsabili-

dade coletiva, social, e não exclusivamente das famílias e, dentro delas, das mulheres. A resposta deveria, pois, passar pela criação de um Serviço Nacional de Cuidados, capaz de libertar as mulheres e de, simultaneamente, garantir a todas as pessoas o direito a serem cuidadas, não fazendo depender o exercício desse direito da sua capacidade económica.

- A **terceira** tem que ver com a partilha das tarefas domésticas e do cuidado. Os estudos dizem que, se compararmos a divisão das responsabilidades familiares, constatamos que, do trabalho não pago, as mulheres assumem-no sozinhas em 30% dos casos e 43% assumem mais do que os companheiros (ou seja em 73% dos casos elas fazem mais do que eles) e que, ao ritmo a que na última geração evoluiu a contribuição dos homens para a execução das tarefas domésticas e do cuidado, se estima que falem entre cinco e seis gerações para que se igualem as posições nas famílias em que ambos trabalham fora de casa¹⁰. Perante as desigualdades existentes no uso do tempo para a realização das tarefas domésticas e do cuidado, em que as mulheres são profundamente prejudicadas, as respostas conservadora e liberal divergem. A conservadora, como já vimos, acha que as mulheres são biologicamente mais dotadas para as tarefas domésticas e do cuidado, por isso, a partilha não é assunto que ponderem. Já a resposta liberal tem sido a de responsabilizar individualmente os homens e de empurrar para o espaço privado a resolução do problema. Esta estratégia é, em meu entender, uma rasteira que pretende instaurar uma outra divisão, agora entre nós, as mulheres, e eles, os homens. Uma guerra dos sexos, portanto, que tem como consequência (e objetivo) o isolamento e abandono das mulheres à sua sorte, de modo a garantir que a apropriação do seu trabalho se mantém. Responder a esta rasteira faz-se pela reafirmação do feminismo como movimento contra o patriarcado e não contra os homens.

Creio que a resposta que faz falta é outra e que o problema deve ser analisado de outro ponto de vista. Quando nos detemos nos dados do uso do tempo¹¹, percebemos que as mulheres, somando as horas de trabalho remunerado às horas de trabalho não remunerado, têm uma jornada média de 12 horas de trabalho. O problema não se resolve apenas com a partilha das tarefas, porque o resultado continua a ser a sobre-exploração, agora partilhada entre mulheres e homens, mas sobre-exploração. É, pois, necessário discutir o que é o trabalho, erodir a separação entre esfera produtiva e reprodutiva e refundar o conceito de trabalho, de modo que ele inclua o trabalho desenvolvido gratuitamente pelas mulheres. Isto implica reduzir o horário de trabalho remunerado de todas as pessoas, para que o trabalho doméstico e do cuidado conte para as 8 horas globais de trabalho diário. O trabalho não remunerado deve ser partilhado entre todas as pessoas

que habitam o mesmo espaço e devemos reclamar esta partilha, inclusivamente, como um direito, porque saber cozinhar, limpar e gerir uma casa são competências fundamentais de pessoas autónomas. Esta é uma das razões por que contesto a remuneração do trabalho doméstico (informal) e defendo, ao invés, a redução do horário de trabalho: as tarefas domésticas devem ser reconhecidas como trabalho, assumidas e partilhadas entre todas as pessoas e reconhecidas como fundamentais para garantir o bem-estar e a formação de sujeitos autónomos.

- A **quarta** tem que ver com a ideia de independência económica. A independência económica das mulheres desempregadas, das que trabalham a meio-tempo ou das que não conseguem qualificações porque são mães de que fala Otero não se garante com um subsídio. Acho até insultuoso que a resposta a uma mulher que tem de abandonar o seu trabalho remunerado para ficar em casa porque não tem dinheiro para pagar a creche seja um subsídio, ou que se creia decente dizer a uma mulher que não consegue formar-se e qualificar-se para progredir na sua carreira porque tem de cuidar dos filhos “tome lá um subsídio”. É uma perspetiva assistencialista, remediativa e, nessa medida, incapaz de inverter as relações sociais e económicas que produzem as desigualdades e garantir padrões mínimos de bem-estar para todas as pessoas.

Do que precisamos é de emprego com direitos, sem desigualdade salarial e com horários de trabalho que permitam partilhar as tarefas domésticas sem que isso represente uma sobrecarga, de modo a termos tempo livre para dedicarmos ao que quisermos, à formação e à qualificação profissionais ou a outra coisa qualquer, assim como precisamos de casas que possamos pagar com os nossos salários e de serviços públicos universais e gratuitos que respondam às necessidades das famílias. Do que precisamos é de melhorar o Estatuto de Cuidador Informal, enquanto, simultaneamente, nos batemos pela criação de um Serviço Nacional de Cuidados, para que cuidar possa efetivamente ser uma escolha e não uma fatalidade. E para isso é necessário que a prestação de cuidados informais para efeitos de pensão seja considerada, assim como é necessário concretizar o direito ao descanso e a férias e garantir que o apoio chega a todas as pessoas cuidadoras que dele precisam.

Não precisamos de um Estatuto que naturalize o trabalho doméstico e do cuidado como responsabilidades femininas. Não precisamos de um Estatuto que nos empobreça e nos isole social, económica e culturalmente no espaço doméstico. Não precisamos de um Estatuto que reserve para os homens o trabalho remunerado e para nós um subsídio. Sabemos que esse é o sonho molhado dos conservadores, porque seria ele que lhes poderia permitir ousar sonhar em repor a velha ordem social do “em casa quem manda é ela, mas nela quem manda sou eu”.

¹⁰ Laura Sagnier (coord.) (2019), “O trabalho não pago”, FFMS.

¹¹ [https://www.cesis.org/pt/area-actividade/198/inquerito-nacional-aos-usos-do-tempo-de-bomens-e-de-mulheres-\(inut\)/](https://www.cesis.org/pt/area-actividade/198/inquerito-nacional-aos-usos-do-tempo-de-bomens-e-de-mulheres-(inut)/)

